ECONOMIA POLÍTICA DO GOLPE DE 2016: UMA ANÁLISE A PARTIR DAS INTENÇÕES E DOS DESDOBRAMENTOS

Marcelo Mallet Siqueira Campos[1]

RESUMO
Este artigo busca descrever o golpe que levou à deposição da presidente Dilma Rousseff como uma questão de economia política, analisando as intenções de atores envolvidos na ruptura, bem como dos desdobramentos sobre a economia nos anos seguintes. O argumento é que os fatores que foram determinantes no desenrolar do processo de *impeachment* dizem respeito à distribuição do produto entre capital e trabalho. Para isto, inicialmente há a descrição dos antecedentes, descrevendo as bases do crescimento econômico nos governos Lula e Dilma. Após isso, será exposta a mudança no estado de ânimo dos agentes, com as pressões para mudança dos rumos da política econômica no contexto das manifestações de 2013, bem como do impacto da operação lava jato. A seguir, serão analisadas as intenções reveladas por atores importantes no processo do golpe. Para isso, será analisado o documento "Uma ponte para o futuro" e declarações públicas dos envolvidos. Por fim, os principais desdobramentos do golpe serão analisados. As políticas econômicas adotadas a partir de sua efetivação, serão ilustrativas sobre quais interesses estavam em jogo durante o processo de *impeachment*. Conclui-se que o aumento do desemprego foi proposital, concentrando renda e permitindo mudanças estruturais que favoreceram o capital.

Palavras chave: economia política; economia brasileira; golpe; impeachment.

Área 3. Método, Teorias Econômicas Heterodoxas e História Econômica

ABSTRACT
This article seeks to describe the coup that led to the removal of President Dilma Rousseff as an issue of political economy analyzing the intentions of the subjects involved in the disruption, as well as the repercussions on the economy in the following years. The argument is that the factors that proved decisive in the unfolding of the impeachment process are related to the distribution of output between capital and labor. To this end, the paper begins by outlining the background, describing the foundations of economic growth during the governments of Lula and Dilma. It then examines the shift in the mood of economic agents, highlighting the pressures for changes in the direction of economic policy in the context of the 2013 protests, as well as the impact of operation Lava Jato. Subsequently, the intentions revealed by key actors in the impeachment process are analyzed. For this purpose, the document "*Uma ponte para o futuro*" and public statements by those involved are examined. Finally, the main developments following the coup are discussed. The economic policies adopted after its implementation are presented as indicative of the interests at stake during the impeachment process. The article concludes that the increase in unemployment was deliberate, contributing to income concentration and enabling structural changes that favored capital.

Key words: political economy; brazilian economy; coup; impeachment.

---

[1] Professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS), *Campus* Porto Alegre. Doutor em Economia (PPGE-UFRGS) e pós-doutorando (DERI-UFRGS).

1 INTRODUÇÃO

Este artigo busca descrever o golpe[2] que levou à deposição da presidente Dilma Rousseff como uma questão de economia política. O argumento central é de que os fatores que foram preponderantes no processo de *impeachment* dizem respeito à distribuição do produto entre capital e trabalho. Isto teria sido central e mais decisivo que os (frágeis) argumentos jurídicos utilizados. Este artigo parte da economia política, por compreender a centralidade das preocupações principais de Marx e da tradição teórica que segue desde então, entre as causas determinantes para o afastamento de Dilma.

A partir do início do processo de *impeachment*, o Brasil passou pela deterioração de suas instituições, levando a uma ruptura que culminou em uma grave crise econômica e sanitária. A deterioração da democracia foi tamanha que após a derrota de Bolsonaro e o retorno de Lula, houve ainda uma tentativa mal sucedida de golpe de Estado em 8 de janeiro de 2023. A opção escolhida neste artigo foi analisar a mudança política e institucional pela perspectiva da economia política. É necessário compreender a conjuntura recente a partir da disputa pelo excedente entre as classes sociais. Neste contexto, o golpe sofrido pela presidente Dilma Rousseff em 2016 é compreendido a partir das contradições inerentes ao modo de produção capitalista.

A preocupação com questões distributivas é anterior à Marx, já estão presente nos primórdios da economia clássica. Na primeira metade do século XIX, David Ricardo apontou a preocupação com a distribuição do produto entre as classes da sociedade como a questão central, para ele, "determinar as leis que regulam essa distribuição é a principal questão da Economia Política" (1996[1817], p.19). Ao criticar a economia política clássica, Marx (2010[1867]) aprofundou-se na preocupação de Ricardo, transformando a teoria da distribuição em uma teoria de exploração. A exposição da lógica do funcionamento do modo de produção capitalista evidenciou a contradição entre capital e trabalho. A relação do capital com o trabalho assalariado buscando sua reprodução (ampliada) são determinantes na sociedade.

Portanto, o artigo será focado nas questões relacionadas à disputa entre capital e trabalho, compreendida aqui como determinante no desenrolar do processo de *impeachment*. A análise incorporará elementos kaleckianos, keynesianos e institucionalistas. Os argumentos jurídicos serão

[2] O artigo utilizará a denominação de golpe para o processo que removeu Dilma da presidência. Para justificar a denominação, é possível seguir o argumento apresentado pela própria Dilma no discurso realizado ao deixar a presidência: "A tristeza é que vivemos uma hora de em que a jovem democracia está sendo alvo de um golpe. Porque chamo de golpe? Chamo de golpe porque o impeachment sem crime de responsabilidade é um golpe. (...). Eu não cometi crime de responsabilidade, estou sendo vítima de uma grande injustiça. Aqueles que não conseguiram chegar ao Governo pelo voto direto do povo, aqueles que perderam as eleições tentam agora pela força chegar ao poder".

deixados de lado, por conta do entendimento de que as condições materiais de vida possuem um papel preponderante na política. Ademais, não se trata de fato novo no Brasil a ocorrência de rupturas institucionais em momentos de estagnação ou de queda do PIB. Esta tem sido a tônica ao longo da história republicana e deve ser aprofundada em outros estudos.

Para isto, primeiro haverá a descrição dos antecedentes, descrevendo as bases do crescimento econômico no período do Lulismo, descrevendo as pressões sofridas pela presidente Dilma para mudança dos rumos da política econômica. A seguir, serão analisadas as intenções reveladas por atores importantes no processo do golpe. Para isso, será analisado o documento *Uma ponte para o futuro* (PARTIDO DO MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO, 2015) e declarações públicas dos envolvidos. Por fim, os desdobramentos do golpe, com as políticas econômicas adotadas a partir de sua efetivação, serão ilustrativos sobre quais interesses estavam em jogo durante o processo de *impeachment*.

O golpe jurídico e parlamentar ocorreu de maneira semelhante com outras rupturas recentes no funcionamento regular da democracia em vários países da América Latina. A economia política internacional não deve ser negligenciada. Não obstante, o papel das relações internacionais no processo de afastamento da presidente Dilma foge ao escopo deste artigo. Também não é a intenção deste artigo revisitar de maneira completa a cronologia de fatos, apenas trazer os aspectos centrais para a compreensão das contradições entre capital e trabalho presentes no processo de impeachment e que merecem atenção.

2 ANTECEDENTES

No período que antecedeu a crise política, a economia brasileira viveu um período de crescimento econômico com estabilidade de preços e inclusão social. Os dois mandatos do presidente Lula e o primeiro mandato da presidente Dilma foram marcados por crescimento econômico e distribuição de renda. As bases do Lulismo estão descritas em Anderson (2011), Carvalho (2018) e Barbosa-Filho (2018).

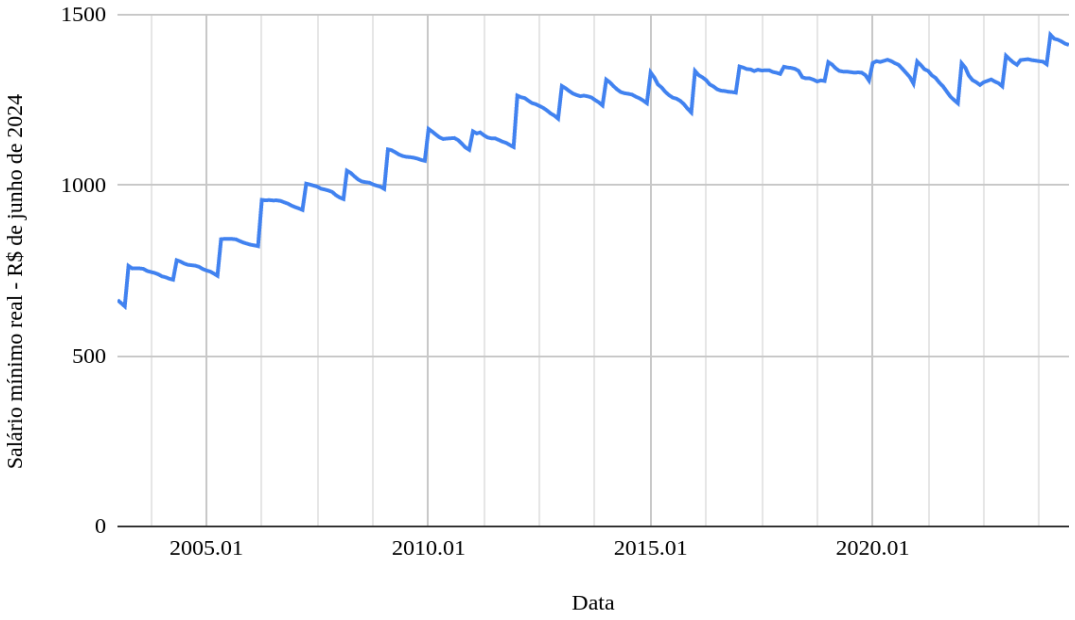
Uma das marcas do período é o Programa Bolsa Família (PBF), que transferia renda para os mais pobres. Trata-se de um programa de grande impacto social, que se destaca por ser impessoal e livre de clientelismo (ANDERSON, 2011). O custo do programa é de cerca de 0,5% do PIB, em contraste com os rendimentos oriundos da dívida pública, por volta de 6%. A regressividade do sistema tributário não foi alterada[3]. Embora as políticas públicas redistributivas ocupem grande

[3] Apenas no terceiro mandato de Lula que esta pauta voltou à tona, até então com algum avanço, mas ainda enfrentando bastante resistência do legislativo.

parte do debate político, elas explicam apenas parte dos fundamentos adotados, com o mercado de trabalho tendo um importante papel na melhora da distribuição de renda.

A política de aumento do valor real do salário mínimo foi um importante pilar do período lulista. Esta medida, reforça a orientação redistributiva das medidas adotadas, tendo amplo impacto no consumo. Não se pode deixar de mencionar o impacto sobre a renda e o padrão de vida dos aposentados, cuja remuneração é atrelada ao salário mínimo. Tanto os gastos com o bolsa família quanto os gastos previdenciários possuem um efeito multiplicador maior, vista a maior propensão marginal ao gasto da população com menor renda. Além dos efeitos diretos sobre a economia, o salário mínimo também funciona como um balizador para os salários do setor informal.

Gráfico 1: Salário mínimo real, 2003-2024



Fonte: IPEADATA (2024)

Houve então uma expressiva melhora do mercado de trabalho, concomitante com o aumento da formalização. Antes da crise, a expansão dos postos formais de trabalho foi de 68% entre 2003 e 2014 (MATTEI, 2018, p.113)[4]. Em 2014, o desemprego atingiu o menor valor da série histórica.

A expansão do consumo passou também por mudanças na estrutura de financiamento. O crédito foi expandido através de novas modalidades, como o crédito consignado, e pela atuação de bancos públicos. Houve a bancarização da população de baixa renda: 11 milhões de pessoas foram incluídas apenas na Caixa Econômica Federal (SICSÚ, 2019, p. 135).

[4] No entanto, após 2015, cai o percentual dos ocupados que contribuem para a Previdência Social. Além do custo ao trabalhador, este fato teve consequências sobre o orçamento da seguridade social (ARAÚJO, ARAÚJO e VINHAES, 2018, p. 107-109).

João Sicsú (2019) argumenta que a caracterização dos governos Lula pela "era do consumo" é imprecisa. O consumo pode ser o ponto de partida, mas o investimento, tanto público quanto privado[5], se expandiu mais que o consumo no período 2003-2010.

> "(…) foi adotado no Brasil uma prescrição keynesiana pouco conhecida. Uma dinâmica que partiu do estímulo ao consumo daqueles que possuem baixa renda, mas que chegou ao investimento e reduziu o desemprego de forma drástica. Consolidou-se um modelo de estímulo ao consumo, elevação com taxas vigorosas do investimento público e crescimento do investimento privado" (SICSÚ, 2019, p. 150).

Ou seja, ao invés de estimular o consumo a partir do investimento público, como sugerido por Keynes na Teoria Geral (1985[1936]), dadas algumas das limitações para o aumento dos gastos públicos a partida deste processo ocorreu a partir do consumo[6]. As políticas redistributivas estavam alinhadas com o que Hyman Minsky (2008[1975]) e posteriormente Joseph Stiglitz (2012) defenderam: redistribuição, pleno emprego e um olhar para as pessoas da base.

> "Desde a época de sua adoção, logo após o fim da escravidão, o lema comtiano inscrito na bandeira nacional — Ordem e Progresso — tem sido uma esperança esfarrapada tremulando ao vento. Progresso sem conflito; distribuição sem redistribuição. O quão comum eles são, historicamente?" (ANDERSON, 2011, p. 51-52).

Respondendo ao questionamento de Perry Anderson, políticas redistributivas foram adotadas poucas vezes na história do Brasil. Embora ocorra uma estabilidade de longo prazo na desigualdade, a parcela da renda apropriada pelo 1% mais rico da população reduziu-se continuamente entre meados da década de 1940 e 1964. Esta redução foi interrompida por um golpe de estado que instalou uma ditadura militar que reverteu este processo[7], levando a um aumento da concentração de renda (SOUZA, 2018). A concentração voltaria a diminuir com a volta da democracia, especialmente no período que antecedeu ao golpe de 2016.

As políticas redistributivas dentro das possibilidades da institucionalidade vigente melhoraram a distribuição de renda, atestada pela redução do Índice de Gini e em outros indicadores. Esta melhoria passou amplamente pela redução da pobreza e da miséria. No entanto, os super-ricos se tornaram ainda mais ricos.

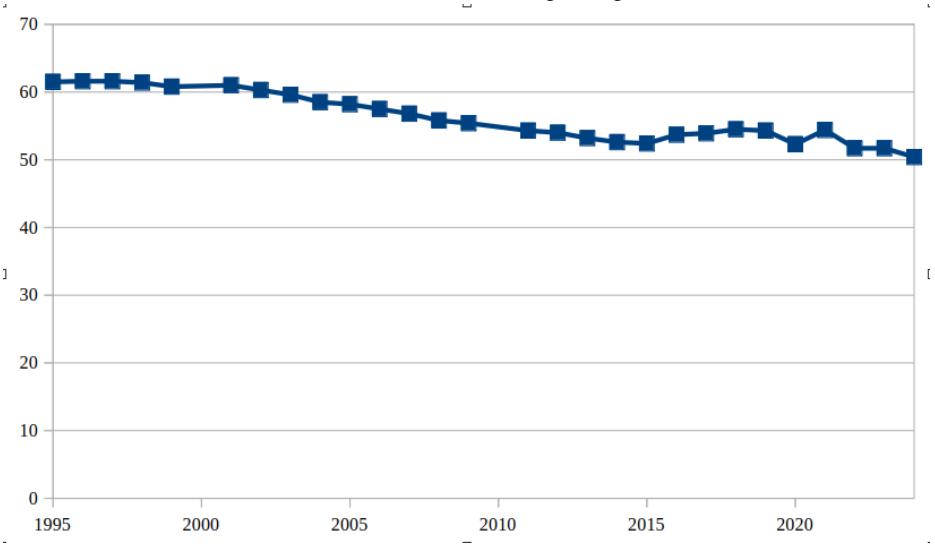
---

[5] Contrariando o mito da "contração fiscal expansionista", também conhecida como "fada da confiança". Resgatando Keynes, o empresário investe conforme suas expectativas de expansão das vendas e não pela suposta confiança no Ministro da Fazenda. A evidência histórica no Brasil, mostra que o investimento privado aumenta quando aumenta o investimento público, assim como o oposto também ocorre, políticas de austeridade levam à redução do investimento privado, evidenciando o equívoco da hipótese do "*crowding out*".

[6] Sicsú (2019) observa que Keynes reconhece a possibilidade de assegurar o pleno emprego por meio do aumento do consumo caso seja impraticável aumentar o investimento.

[7] "No caso do 1% mais rico, há três períodos de clara elevação da desigualdade, dois deles correspondentes à instauração das duas ditaduras vividas pelo país no século XX: a fração do centésimo mais rico aumentou durante o Estado Novo (1937-1945), notadamente durante a Segunda Guerra Mundial, e após o golpe militar de 1964 (...)" (SOUZA, 2018, p. 230).

Gráfico 2: Coeficiente de Gini da renda domiciliar *per capita*



Fonte: IPEADATA (2026)

A distribuição de renda no Brasil é tão desigual, que os pobres são tão pobres quanto os pobres de países pobres, ao passo que os mais ricos são tão ricos quanto os ricos dos países ricos (MILANOVIC, 2011, p.116). É graças à enorme desigualdade, que a elite e as classes altas de um país de renda média conseguem ter um padrão de consumo semelhante, ou até mesmo maior, que seus equivalentes em países de renda elevada.

Branko Milanovic identificou que, no mundo, nas últimas décadas a renda aumentou para grande parte da população pobre e dos mais ricos, enquanto que a renda dos segmentos altos, mas abaixo do topo, ficaram estagnados. Há um certo paralelo com o que aconteceu no Brasil ao longo do século XXI. Este estrato de renda que se auto-identifica como "classe média" viu a melhoria da vida dos pobres ao mesmo tempo em que testemunhou o distanciamento da renda dos super-ricos, milionários e bilionários. O descontentamento deste segmento específico da sociedade teve bastante impacto, pelo acesso aos meios de comunicação e influência sobre toda a sociedade.

O consumo foi impactado pela redistribuição. Os mais pobres, historicamente excluídos, foram incluídos através do consumo. Esta expansão do mercado interno ocorreu em concomitância com relativa estabilidade de preços. Os índices de inflação foram, inclusive, menores no governo Lula do que no governo FHC, embora a mídia e o senso comum tratem como se fosse o oposto. O histórico da inflação e suas respectivas metas é apresentado na Tabela 1, os anos em que a meta foi ultrapassada estão em destaque. A despeito de todas as possíveis críticas ao regime de metas de inflação[8], o teto da meta foi ultrapassado apenas no último ano de Dilma (o primeiro do segundo

[8] O regime de metas de inflação é objeto de muitas críticas, que fogem ao escopo deste trabalho. Campedelli e Lacerda (2019) analisam seu papel na desigualdade de renda. Entre outros fatores, o combate à inflação por este arcabouço, se dá por meio do sacrifício dos trabalhadores, que sofrem com redução do salário e taxa de juros elevada.

mandato, já iniciado com seus opositores questionando o resultado eleitoral e com o congresso aprovando as chamadas pautas-bomba).

> "Em seu primeiro mandato (2011-2014), o governo Dilma Rousseff implementou sucessivas reduções da taxa de juros Selic, que atinge seu nível mais baixo da história econômica recente (7,25% a.a.). Nesse patamar nominal, a taxa real esteve próxima a 2% a.a. As reações a essa política foram, como era de se esperar, muito críticas da parte da ortodoxia que vê no regime de metas a política necessária e eficiente por excelência e como as únicas expectativas que contam fossem aquelas do mercado financeiro e da elite rentista" (BRUNO, 2021, p. 531).

Além da redução da taxa de juros, outra medida utilizada para controle da inflação foi o de reajuste de preços controlados abaixo da inflação dos preços livres (CAMPEDELLI; LACERDA, 2019). Essa medida gerou descontentamento das elites, especialmente por conta dos preços do petróleo e do gás, pois acionistas da Petrobrás pressionaram por retornos maiores, ao invés da utilização dos preços administrados para controle inflacionário. Além disso, também houve a utilização das chamadas medidas "macroprudenciais" que visavam desacelerar o crédito ao consumidor sem usar o mecanismo da taxa de juros.

Tabela 1: Histórico de meta de inflação e inflação efetiva

Presidente	**Ano**	**Meta (%)**	**Tamanho do intervalo (p.p.)**	**Intervalo de tolerância**	**Variação do IPCA (%)**
FHC	1999	8	2	6-10	8,94
	2000	6	2	4-8	5,97
	2001	4	2	2-6	**7,67**
	2002	3,5	2	1,5-5,5	**12,53**
Lula	2003	3,25 4	2 2,5	1,25-5,25 1,5-6,5	**9,30**
	2004	3,75 5,5	2,5 2,5	1,25-6,25 3-8	7,60
	2005	4,5	2,5	2-7	5,69
	2006	4,5	2	2,5-6,5	3,14
	2007	4,5	2	2,5-6,5	4,46
	2008	4,5	2	2,5-6,5	5,90
	2009	4,5	2	2,5-6,5	4,31
	2010	4,5	2	2,5-6,5	5,91
Dilma	2011	4,5	2	2,5-6,5	6,50
	2012	4,5	2	2,5-6,5	5,84
	2013	4,5	2	2,5-6,5	5,91
	2014	4,5	2	2,5-6,5	6,41
	2015	4,5	2	2,5-6,5	**10,67**
Dilma/Temer	2016	4,5	2	2,5-6,5	6,29

Temer	2017	4,5	1,5	3,0-6,0	2,95
	2018	4,5	1,5	3,0-6,0	3,75
Bolsonaro	2019	4,25	1,5	2,75-5,75	4,31
	2020	4,00	1,5	2,50-5,50	4,52
	2021	3,75	1,5	2,25-5,25	**10,06**
	2022	3,50	1,5	2,00-5,00	**5,79**
Lula	2023	3,25	1,5	1,75-4,75	4,62
	2024	3,00	1,5	1,50-4,50	**4,83**

Fonte: BANCO CENTRAL (2026)

No cenário externo, há no governo Lula o impacto de um *boom* das *commodities*, com aumento dos preços dos produtos exportados e também aumento do *quantum*[9]. Tal fato é incomum em termos históricos, pois o aumento das exportações costumava vir acompanhado por preços mais baixos. Geralmente, a explicação para o *boom* atribui aos efeitos da China sobre a demanda mundial, mas Black (2015) destaca que devem ser incluídos o aumento dos custos de produção de algumas *commodities* (causada pelos preços do petróleo), a política monetária dos Estados Unidos e a especulação nestes mercados ocasionada pela financeirização como fatores determinantes. Por outro lado, isso gerou impacto negativo sobre a indústria, que perdeu participação na pauta exportadora. A política industrial adotada por Dilma, atenuava os impactos da apreciação cambial causada pelo influxo de divisas estrangeiras oriundas das exportações.

O Brasil aproveitou o momento de maior inserção internacional para a realização de eventos de repercussão mundial, como a Copa do Mundo de 2014 e os Jogos Olímpicos de 2016, que passam por amplos investimentos em infraestrutura, mobilidade e estádios. A racionalidade por trás dos eventos, para além da promoção da imagem do país no exterior, estava nos investimentos, seus impactos no emprego e seus efeitos multiplicadores.

Os investimentos em infraestrutura também desempenharam um papel fundamental no lulismo. O PAC (Programa de Aceleração do Crescimento)[10] e o programa Minha Casa, Minha Vida. A compreensão da política econômica vai além de medidas macroeconômicas e de programas de infraestrutura. Há mudanças nas relações de trabalho e importantes mudanças no acesso à educação de nível superior, com expansão e democratização do acesso à graduação e à pós-graduação. O acesso restrito à educação de nível superior foi historicamente um mecanismo de

[9] Muitos dos críticos ao governo Lula atribuem excessivo peso ao cenário externo no sucesso econômico do período. A suposta sorte do presidente petista, que teria tido um cenário externo favorável, não se sustenta com a comparação com os desdobramentos posteriores. Bolsonaro também passou por um *boom* de *commodities*, que não estimulou crescimento e redistribuição de renda, mas sim inflação, especialmente de alimentos, afetando principalmente a camada mais pobre da população.

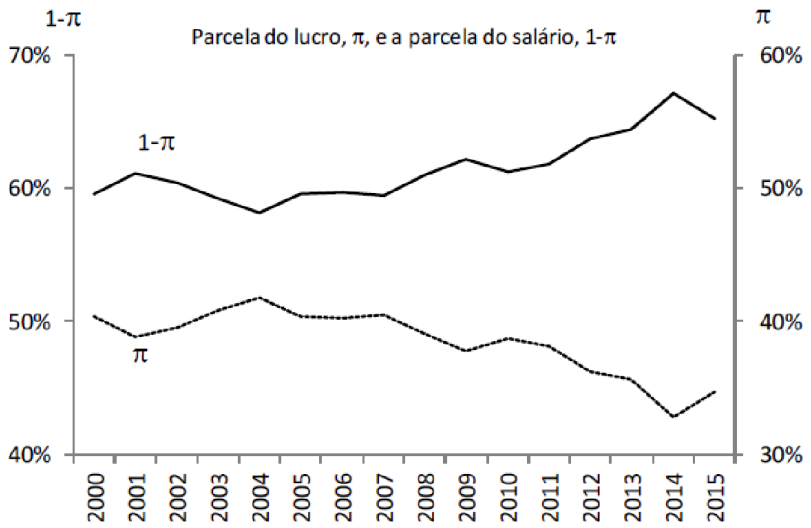
[10] A atuação de Dilma, enquanto ministra de Lula, tendo destacada articulação no PAC, a credenciou para ser a sucessora de Lula.

perpetuação de desigualdades. Houve expressiva ampliação de vagas, com aumento dos investimentos na educação com interiorização do ensino técnico e superior. Quanto ao acesso, houve a democratização com a institucionalização da política de cotas.

Já nas relações de trabalho, a Lei Complementar nº 150/2015 (BRASIL, 2015), conhecida como "lei das domésticas", garantiu direitos trabalhistas para o trabalho doméstico. Embora fosse um avanço civilizatório, passado mais de 120 anos da abolição da escravidão, a lei aumentou o descontentamento daqueles com maior renda em relação ao governo Dilma. Este aspecto, além de explicitar a contradição entre capital e trabalho, ilustra como permanece presente a herança do passado escravocrata.

Entre 2003 e 2007 o crescimento da taxa de lucro foi concomitante com o aumento dos salários na renda nacional. Já entre 2007 e 2014 houve queda na taxa de lucro e aumento salarial (MARQUETTI, HOFF, MIEBACH, 2016, p.6). À medida que a participação do salário cresceu, foi se tornando crescente o descontentamento dos extratos superiores da renda, que encontraram eco no segmento denominado de classe média.

Gráfico 3: Parcela do lucro e parcela do salário



Fonte: MARQUETTI; HOFF; MIEBACH, 2016, p. 8.

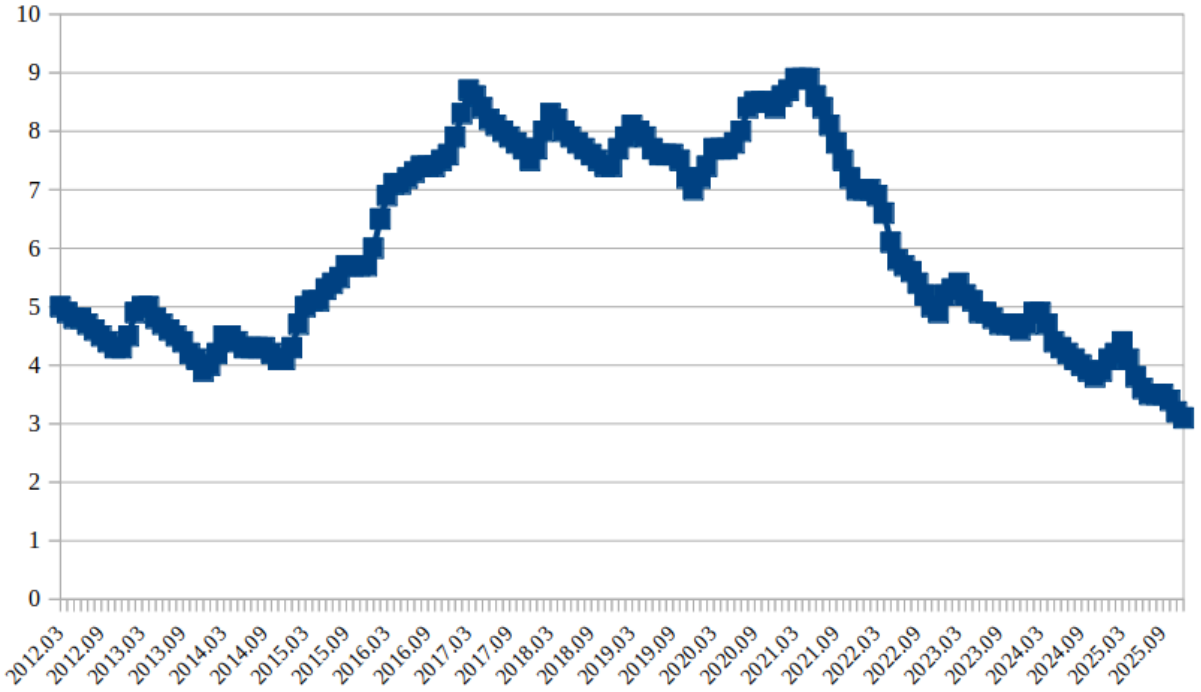
Neste cenário de baixo desemprego e aumentos salariais reais, é importante resgatar a contribuição de Kalecki (2020[1944]), que em 1944, questionou-se o motivo da oposição dos capitalistas à políticas de geração de pleno emprego. No contexto das medidas de recuperação da depressão e das políticas do período de guerra, Kalecki já havia alertado que "especialistas econômicos", ligados ao setor bancário e à indústria, se opunham às políticas de geração de pleno emprego. Embora a aparente contradição, pois "maior geração de emprego beneficia não só os

trabalhadores, mas também os empresários, porque seus lucros aumentam", o temor de perda de poder políticos explica a razão dos capitalistas adotarem tal posicionamento:

> "Mas 'disciplina nas fábricas' e 'estabilidade política' são mais apreciadas do que os lucros pelos líderes empresariais. Seu instinto de classe diz-lhes que o pleno emprego duradouro não é saudável do seu ponto de vista, e que o desemprego é parte integrante do sistema capitalista 'normal'." (KALECKI, 2020[1944])

A economia brasileira durante o mandato de Dilma, encontrava-se próxima ao pleno emprego. Com o mercado de trabalho aquecido, boa parte das categorias conseguia reajustes salariais acima da inflação. De 2004 a 2014, cerca de 80% dos reajustes salariais concedidos foram acima da inflação, chegando a 93,6% em 2012. Em 2015, caiu para 50,5% e em 2016, primeiro ano de Temer, apenas 18,3% obtiveram reajustes acima da inflação, resultando em queda de 0,52% na renda real (DIEESE, 2018).

Gráfico 4: Nível de desocupação (PNAD Contínua)



Fonte: IPEADATA, 2026.

O cenário evidenciava o argumento de Kalecki, do descontentamento dos capitalistas com o pleno emprego, dada a possibilidade maior de barganha da classe trabalhadora. A seguir, quando forem apresentadas as intenções reveladas no golpe, ficará nítido este descontentamento com o clamor pelo aumento do desemprego sendo explícito, bem como as consequências sobre o nível de emprego.

Enquanto havia crescimento econômico consistente, a tensão entre as classes sociais era atenuada pelo fato da renda estar aumentando para todos. A desigualdade cai, por conta do crescimento da renda dos mais pobres à taxa superior. A partir do momento que o crescimento se

esgota, as contradições ficam mais evidentes e a disputa por uma fatia maior da renda nacional fica mais acirrada. Ao iniciar seu segundo mandato, Dilma tem dificuldades em prosseguir com a conciliação iniciada por Lula.

Alguns levantaram a hipótese de realização de uma greve de investimentos. Em uma análise kaleckiana, Antoni (2023), afirma que esse conceito é incompatível com o que ocorreu no Brasil, pois a queda do investimento de deu como resultado dos menores níveis de crescimento, da redução dos investimentos públicos e do desenrolar da operação lava jato, descritos na seção seguinte. Por fim, este autor conclui: "há diferença entre os setores empresariais ameaçarem fazer uma greve de investimento e de fato colocarem em prática tal ameaça" (ANTONI, 2023, p. 111).

Junto a isso, com a deterioração da situação das *commodities, o Brasil* se depara com uma recessão. O esgotamento do crescimento fez com que as contradições ficassem mais evidentes. Os capitalistas, assim como setores da dita classe média, passaram a pressionar por uma agenda de austeridade fiscal, que se tornou dominante, como exposto a seguir. Criou-se um discurso de descontrole do gasto público, embora tenha havido um crescimento estável do gasto público, porém com queda na arrecadação, como evidenciam Orair, Gobetti e Siqueira (2016).

A mudança no estado de ânimo dos agentes, toda a pressão por mudanças na política econômica e a posterior alteração de algumas políticas são objeto de análise da próxima seção.

3 MANIFESTAÇÕES DE 2013 E O IMPACTO DA OPERAÇÃO LAVA JATO

Às vésperas da realização da Copa das Confederações, em junho de 2013, eclodem uma série de manifestações com pauta difusa, que logo se tornaram contrárias ao governo. Moreira (2015) destaca a "coincidência" entre a queda na taxa de investimento e estes protestos. A partir daquelas manifestações, a popularidade de Dilma despencou. Mesmo com crescente descontentamento e oposição cada vez mais ruidosa, Dilma inicialmente contava com bastante aprovação, sendo reeleita em 2014 com 51,6% dos votos, em uma votação mais apertada do que em sua eleição.

Na pesquisa realizada pelo Datafolha, entre março e junho de 2013, no auge das manifestações, a parcela dos entrevistados que considerava o governo Dilma ótimo ou bom caiu de 65% para 30%, enquanto que a dos que considerava ruim ou péssimo aumentou de 7% para 25%. Após o início do segundo mandato, há uma nova queda na popularidade, com o percentual de ótimo ou bom caindo de 42% para 23%, entre dezembro de 2014 e fevereiro de 2015, e o ruim ou péssimo passando de 24% para 44% (MOREIRA, 2015).

Mello (2016, p.11) afirma que as manifestações de 2013 enfraqueceram a "estrutura política que sustentava os governos populares até então". Keynes e autores institucionalistas enfatizam o papel que as convenções e o pensamento compartilhado pelos agentes possuem sobre a economia. Este período ilustra uma rápida mudança:

> "(...) em menos de um mês as 'convenções' sociais e políticas do país se alteraram profundamente: de um estado geral de confiança no governo, na liderança política da presidenta e de otimismo com o futuro do país, adentrou-se um momento de profunda descrença no governo e na presidenta, além de desconfiança com o próprio futuro do país, refletido na queda de confiança" (MELLO, 2016, p.11-12).

Este fato teve como consequência a perda de apoio político ao governo (por exemplo, a saída do PSB da base). A mudança no estado de confiança levou à dificuldades concretas na condução do país.

Outro elemento importante neste cenário foi o impacto da operação lava jato. Sob o pretexto de combate à corrupção, houve a paralisação de uma parcela considerável dos investimentos no país, impactando diretamente o setor das construtoras e de petróleo e gás, notadamente, sobre a Petrobras, e indiretamente os setores metalmecânico e naval, dentre outros. Além do efeito da redução de postos de trabalho, que reduz a massa salarial e, consequentemente, o consumo, impactando todos os setores.

A dimensão do impacto da operação lava jato ainda é controversa no debate recente. Durante os acontecimentos, foi estimado no ano de 2015 o impacto de 2,5 pontos percentuais no PIB. Tal magnitude se deve ao tamanho das empresas implicadas, pois estima-se que os investimentos da Petrobras correspondam a 2% do PIB, enquanto que as construtoras envolvidas no escândalo representam 2,8% do PIB (BBC, 2015). O DIEESE (2021) estima que a lava jato custou 4,4 milhões de empregos e 3,6% do PIB.

Somado aos fatores internos à economia brasileira[11], observa-se também ainda a deterioração do cenário externo, que vinha sendo favorável às exportações brasileiras. Houve queda no preço das *commodities*, que pode ser verificada no Gráfico 5.

Cabe lembrar, que na perspectiva keynesiana, o estado de confiança dos indivíduos é fundamental na determinação da demanda efetiva. As expectativas são subjetivas e se formam em um ambiente de incerteza. A deterioração das expectativas, que levou a uma expressiva queda nos investimentos, somou-se a outros fatores, fazendo com que consequências reais caíssem sobre o PIB e o emprego.

O contexto de instabilidade foi impulsionado pela não aceitação da derrota pelo segundo colocado nas eleições de 2014, Aécio Neves. É importante ressaltar que a mudança institucional é

[11] É possível incluir também o impacto sobre a economia de fatores exógenos, como o de condições climáticas desfavoráveis. No entanto, estas não serão detalhadas neste artigo por limitação de espaço.

um processo permeado pela incerteza e que, uma vez iniciado, não é possível saber o que resultará. Os agentes que tomaram a frente no golpe, julgando que seriam beneficiados, acabaram relegados ao segundo plano com o protagonismo caindo no colo de extremistas.

Dilma se depara no segundo mandato com um congresso focado em "pautas bomba", dificultando a governabilidade. Manifestações contrárias ao governo passam a ocorrer com frequência[12]. O PMDB rompe com o governo, levando outros partidos junto. O partido do então vice-presidente, passa a defender a agenda do candidato derrotado nas urnas. Na próxima seção, o posicionamento de Temer e do PMDB será objeto de análise. A crise política reforçou a instabilidade econômica, preparando o terreno para o golpe jurídico e parlamentar. A seguir, serão analisadas as intenções explicitadas pelos agentes que se articularam para a deposição de Dilma.

4 INTENÇÕES

Poder-se-ia argumentar que o golpe ocorreu por conta de interesses velados das grandes corporações. No entanto, em um cenário de exacerbação das contradições entre capital e trabalho, os representantes do capital se sentiram à vontade para revelar suas reais intenções. A defesa desta agenda foi explícita. Atores relevantes no debate econômico passaram a atacar as políticas de geração de emprego.

> "Mas não há almoço grátis, o combate à inflação requer estar disposto a abrir mão de coisas valiosas. A sociedade está preparada para (temporariamente) reduzir o consumo e desaquecer o mercado de trabalho para reduzir a inflação?"(GOLDFAJN, 2013)

A pergunta era meramente retórica pois, a seguir, o mesmo autor responde:

> "Na atual conjuntura talvez seja necessário desaquecer temporariamente tanto o consumo, adequando-o, no curto prazo, à oferta mais restrita, quanto o mercado de trabalho, para permitir ajustar os aumentos de salários ao crescimento da produtividade do trabalho" (GOLDFAJN, 2013).

Aqueles que se dispuseram, sem nenhum pudor, a defender políticas para "desaquecer o mercado de trabalho", foram recompensados por isso após o Golpe. Aparentemente, aqueles que dão as respostas mais absurdas são mais valiosos para o sistema. Ilan Goldfajn, o autor do apelo ao aumento do desemprego em um dos jornais de maior circulação do país, foi recompensado com a nomeação por Michel Temer, quando da efetivação da deposição de Dilma, para a presidência do Banco Central, ficando responsável entre 2016 e o início de 2019 por implementar a política monetária do país. Ou seja, a formulação da política econômica do governo Temer ficou aos cuidados de quem atacava os aumentos salariais para os trabalhadores durante o governo Dilma.

[12] Sendo fomentadas pela mídia, que chega a convocar para manifestações e a alterar a sua grade de programação para cobrir os protestos.

Após deixar o governo, sendo sucedido por Roberto Campos Neto[13], Goldfajn "caiu para cima", passando a exercer importantes postos no FMI e no BID.

O próprio Temer deixou claro que o afastamento de Dilma não teve relação com as supostas pedaladas, justificativa alegada no processo de *impeachment*. Em entrevista ao programa Roda Viva, em exibido pela TV Cultura em 16/09/2019, Temer fez várias menções ao golpe, tentando se afastar da pecha de golpista: "eu jamais apoiei ou fiz empenho pelo golpe"; "até o último momento (...) eu não era, digamos, adepto do golpe" (TEMER, 2019).

Em um momento anterior, Temer revelou que a motivação se deu pela presidente não ter aceito as teses de "uma ponte para o futuro", recusando-se a adotar a política econômica igual a da candidatura derrotada nas eleições de 2014.

> "Há muitíssimos meses atrás, dez, doze meses, nós lançamos, até eu ainda vice-presidente, lançamos um documento, chamado uma 'ponte para o futuro'. Porque nós verificávamos que seria impossível o governo continuar naquele rumo. E até sugerimos ao governo que adotasse as teses que nós apontávamos naquele documento chamado 'Ponte para o futuro'. Como isso não deu certo, não houve a adoção, instaurou-se um processo que culminou agora, com a minha efetivação como presidência (*sic*) da República" (TEMER, 2016).

Em resposta a uma crise conjuntural, o partido do vice-presidente, passa a defender mudanças estruturais em sentido contrário às defendidas durante a campanha eleitoral pela chapa vencedora. O diagnóstico que consta em "uma ponte para o futuro" é nitidamente neoclássico, focado excessivamente na situação fiscal, utilizando como indicador a dívida bruta do setor público.

> "Não há contradição entre equilíbrio fiscal verdadeiro e crescimento econômico verdadeiro. Há, sim, contradição entre correções pontuais e improvisadas de curto alcance e o crescimento verdadeiro. Portanto, equilíbrio fiscal de longo prazo e crescimento econômico duradouro não são objetivos incompatíveis e podem perfeitamente ser perseguidos simultaneamente (...).
>
> Vencer a crise, em primeiro lugar, construir uma coalizão de forças políticas para aprovar no Congresso Nacional o que for preciso, para se alcançar um equilíbrio fiscal estrutural que termine com os déficits públicos crescentes e reduza, no prazo possível, a relação da dívida pública com o PIB, e para se dar início a uma nova trajetória de crescimento duradouro, com melhorias nas políticas de proteção social. (PARTIDO DO MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO, 2015).

O "remédio" recomendado é o desmonte do papel do estado:

> "Em qualquer horizonte razoável, o Estado terá que renunciar a funções de que hoje se ocupa, e terá mesmo que amputar partes de sua arquitetura. Sem fazer isto, o crescimento econômico duradouro não será possível" (PARTIDO DO MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO, 2015).

No documento do PMDB, os motores do crescimento seriam o investimento privado e as exportações. Os efeitos do gasto público sobre o investimento privado não são reconhecidos. O diagnóstico ignora a importância de políticas anticíclicas, utiliza indicadores errados e desconsidera a situação de outros países. Havia a crença, portanto, na ideia de "contração fiscal expansionista", a

[13] Neto do notório economista liberal Roberto Campos, ministro do planejamento durante a ditadura militar.

já mencionada “fada da confiança”. Em um momento de crise, recomendar a redução da ação estatal remete a economia neoclássica pré-keynesiana.

A suposta agenda social de “uma ponte para o futuro” era puramente econômica, porém embasada numa teoria que pouco se preocupa com as questões sociais. Cavalcanti e Venerio (2017) analisaram o conteúdo daquele documento. Foi gerada uma nuvem de palavras sobre o documento, reproduzida abaixo.

Figura 1: nuvem de palavras do documento “uma ponte para o futuro”



Fonte: CAVALCANTI; VENERIO, 2017, p. 154.

A representação visual deixa explícita a prioridade de medidas econômicas, sobretudo fiscalistas. O diagnóstico ignora que o Brasil, enquanto país periférico e subdesenvolvido, possui lacunas históricas que precisam ser sanadas através de políticas públicas. Mas a preocupação não está em sanar as defasagens históricas em educação, saúde e infraestrutura. As palavras “mercado” e “privado” aparecem no documento com frequência “consideravelmente, superiores às de palavras relacionadas ao âmbito social e à redistribuição das riquezas”. (CAVALCANTI; VENERIO, 2017, p. 157). A maior parte das menções a “público” estão associadas a “gasto”, “despesa”, “orçamento”, etc.

O documento do PMDB traz uma visão completamente anacrônica. O meio ambiente, a sustentabilidade e a preservação ambiental estão completamente ausentes do documento. A palavra ambiente só é mencionada enquanto “ambiente econômico” ou equivalentes. Enquanto o mundo discute a necessidade de um *green new deal* ou de um *big push ambiental*, que passam pela ação direta e massiva do estado[14], os atores que produziram o golpe pretendiam desmontar o estado e nas consequências do golpe foi nítido o ataque aos biomas brasileiros e aos povos indígenas, que resistem para protegê-los.

[14] O financiamento de uma transição verde sustentável passa pelos bancos de desenvolvimento, e pela ação do *big government* de inspiração minskyana, utilizando bancos central e as políticas fiscal, monetária, cambial e industrial (FEIL; FEIJÓ, 2022).

As intenções reveladas tiveram impacto sobre as políticas adotadas ainda no governo Dilma. Ocorreu uma inflexão na política econômica no início do segundo governo Dilma, com a nomeação de Joaquim Levy para o ministério da Fazenda. Frente às pressões, o governo cede adotando medidas de austeridade.

Após a efetivação do golpe, a agenda econômica passou a ser executada por representantes diretos do setor financeiro, tanto no governo Temer quanto no de Bolsonaro. Em uma entrevista, Campos Neto relatou sua emoção ao pagar por Pix uma criança que realizava trabalho infantil vendendo balas. A fala transparece a visão a respeito da sociedade de um dos principais formuladores de política econômica. Não lhe causa choque o trabalho infantil. O que ele vê como positivo é a possibilidade da criança receber o pagamento por meio digital. Além dos já mencionados Ilan Goldfajn e Roberto Campos Neto, Paulo Guedes foi o superministro com ampla autonomia para agir a favor do capital.

Após o golpe o salário mínimo deixa de ter ganhos reais[15], o salário de boa parte das categorias do funcionalismo público tiveram perdas reais, sem qualquer reposição da inflação durante todo o governo Bolsonaro. Em uma reunião ministerial que teve seu conteúdo divulgado, Paulo Guedes anunciou: “nós já colocamos a granada no bolso do inimigo: dois anos sem aumento de salário”. O então ministro deixou claro, portanto, seu favorecimento ao capital[16], ao tratar os trabalhadores do setor público como inimigos. Este favorecimento ao capital, além de presente nas intenções reveladas em documentos e declarações, também fica evidente com os desdobramentos, nas políticas efetivamente adotadas.

5 DESDOBRAMENTOS: O BRASIL PÓS-GOLPE

Além das declarações explícitas sobre os objetivos do golpe, já há o distanciamento temporal suficiente para avaliar as consequências do golpe. O resultado de diversas medidas adotadas por Michel Temer e depois por Jair Bolsonaro, que dá seguimento à mesma agenda econômica, ilustra o favorecimento aos mais ricos.

A exemplo do que ocorreu em 1964, quando houve “pelo uso da força, o enfraquecimento da resistência e o redesenho de instituições de modo que alterasse bruscamente a distribuição de renda” (SOUZA, 2018, p. 314), o golpe de 2016 também teve consequências contrárias às medidas redistributivas.

---

[15] Vide o Gráfico 1.

[16] Aparentemente, não foram apenas medidas de favorecimento ao capital, mas o próprio Guedes seguiu sendo um agente do capital dentro do governo de Bolsonaro. Um terminal Bloomberg estava presente em diversas aparições públicas enquanto ministro, sugerindo que ele seguia operando no mercado financeiro enquanto ocupava o posto.

O período que segue o afastamento da presidente Dilma leva a uma profunda reversão da redução das desigualdades. Houve piora na distribuição de renda. Ocorreu aumento da pobreza e da miséria. Até mesmo o aumento da mortalidade infantil foi verificado (OXFAM, 2018), ainda antes da pandemia.

Desde a promulgação da constituição de 1988, houve uma redução contínua da desigualdade, que foi interrompida em 2016 e 2017 (OXFAM, 2018). Enquanto a renda dos mais pobres diminuiu durante o governo Temer, houve aumento para os 10% mais ricos (OXFAM, 2018. Com a pandemia, medidas de transferência de renda conseguem efeitos pontuais, como pode ser observado no Gráfico 2.

Uma das explicações para o aumento da desigualdade passa pela deterioração do mercado de trabalho. Como a política monetária ficou a cargo de quem pedia pelo "desaquecimento do mercado de trabalho", não é de surpreender o expressivo aumento do desemprego. O salário mínimo não ganhou valor real durante os mandatos de Temer e Bolsonaro. Ao iniciar o terceiro mandato de Lula, o poder de compra do salário mínimo no Brasil era menor do que quando iniciado o processo de *impeachment*.

O aumento do desemprego afetou mais a população pobre, as mulheres e a população negra, segmentos que também foram os mais afetados com redução da participação na renda (OXFAM, 2018).

Resgatando o argumento de Kalecki, com o desemprego em patamares elevados, a ameaça de demissão volta a ser uma medida disciplinar. Neste caso, a confiança da classe trabalhadora fica abalada. Não é à toa, que além da redução dos salários reais, houve uma série de precarizações a partir da reforma trabalhista de Temer.

> "Finalmente, como agravante desse modelo que está voltado para atividades de baixa produtividade/baixo potencial para o crescimento, em novembro de 2017 entrou em vigor no Brasil a nova lei trabalhista que alterou a regulação das relações laborais, mudando o direito e a justiça do trabalho, introduzindo formas de contratação precárias e atípicas como o contrato intermitente, a negociação da dispensa e a terceirização de atividades fim (através da lei de terceirização aprovada no primeiro trimestre do mesmo ano). Aspectos como a flexibilização da jornada de trabalho, o pagamento por produtividade, a alteração de normas de saúde e segurança do trabalho para gestantes e lactantes, a fragilização sindical decorrente da descentralização das negociações e a limitação do acesso à Justiça do Trabalho fazem desta reforma um código muito mais de caráter empresarial do que laboral, desmanchando a estrutura de proteção fundada no direito do trabalho, afetando de forma decisiva as fontes de financiamento da seguridade e criando dificuldades para os trabalhadores comprovarem o tempo de contribuição." (ARAÚJO; ARAÚJO; VINHAES, 2018, p. 111).

Neste cenário desfavorável, reformas estruturais para favorecer o capital, foram propostas e aprovadas com pouquíssima resistência. As relações de trabalho, as regras previdenciárias e o próprio papel do Estado foram alterados.

A reforma trabalhista foi aprovada pela Lei 13.467/2017 (BRASIL, 2017), alterando a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) em mais de cem itens. Esta reforma, proposta por Temer, foi aprovada em poucos meses pelo Congresso. Já as mudanças nas regras previdenciárias foram feitas no governo Bolsonaro, com a Emenda Constitucional nº 103 (BRASIL, 2019), que mudou a idade para aposentadoria e o tempo de contribuição, além de mudanças nas regras de cálculo de aposentadorias e pensões. À exemplo das reformas de Temer, esta também foi aprovada no mesmo ano em que foi apresentada.

A partir do golpe ficou evidente uma nova abordagem em relação à produtividade da economia brasileira. Enquanto Lula e Dilma buscaram elevar a produtividade com ciência, tecnologia, educação e política industrial, a estratégia de Temer e de Bolsonaro foi buscar aumento de produtividade via redução salarial e aumento da quantidade de horas trabalhadas. O aumento da duração das jornadas de trabalho (e a famigerada escala 6x1) lembram que o aumento da mais-valia absoluta não é algo que ficou no século XIX, testemunhado por Marx (2010[1867]), mas sim uma questão que está bem presente no Brasil do século XXI.

A agenda da austeridade[17], a partir da deposição de Dilma, foi institucionalizada sendo colocada na Constituição. A Emenda Constitucional nº 95 (BRASIL, 2016) instituiu o "novo regime fiscal". O Brasil se tornou laboratório para os experimentos dos defensores da austeridade fiscal, tendo a situação única no mundo de ter em sua Constituição uma regra fiscal, sendo que esta projeta, ao longo do tempo, redução da atual estatal.

Quando da sua aprovação, as consequências nefastas do teto dos gastos já eram conhecidas. Diversos economistas alertaram sobre as consequências negativas da austeridade, como Rossi e Dweck (2016) e Dweck, Oliveira e Rossi (2018). No entanto, os críticos sofreram um bombardeio da mídia tradicional e dos economistas do *mainstream*, representantes dos interesses dos especuladores do mercado financeiro.

As políticas públicas possuem um importante papel na redução e na atenuação das desigualdades. A austeridade prejudica justamente a parcela mais carente e vulnerável da população. Em um contexto de aumento de desemprego e queda na renda, a austeridade torna-se ainda mais cruel. Como observou Dowbor (2022), o teto atende aos interesses dos rentistas, ao retirar recursos do Sistema Único de Saúde e da educação pública, forçando as pessoas a contratarem planos privados e a estudarem em instituições controladas por grupos financeiros.

A saúde pública, que já enfrentava o subfinanciamento e a escassez de recursos, sofreu um duro revés com a pandemia da Covid-19. A condução desastrosa do combate à pandemia durante o

[17] Sobre o histórico no mundo das políticas de austeridade, Blyth (2017) fez um escrutínio dessas ideias e políticas. A respeito da austeridade no Brasil, Lacerda (2019) e Castelli e Azevedo (2023) fornecem um panorama amplo e crítico.

governo Bolsonaro, que ao priorizar o capital, expôs a população ao vírus com um discurso negacionista, causando mais de 700 mil mortes, fazendo com que o Brasil se tornasse o segundo país com mais mortes no mundo. Além da crise sanitária, houve crise ambiental, com o governo aproveitando para "passar a boiada" do desmatamento[18].

Além do aumento imediato da desigualdade, a educação, possível instrumento para redução da desigualdade a longo prazo, sofreu alguns ataques. O governo Temer instituiu o "novo ensino médio", reduzindo a carga horária de humanidades e enfraquecendo o ensino público frente ao privado. As instituições públicas de educação sofreram com fortes cortes orçamentários. A forte expansão do ensino público foi freada[19]. Com o golpe, foi abolida a destinação de parte dos *royalties* do petróleo para a educação (BRUNO, 2021, p. 520).

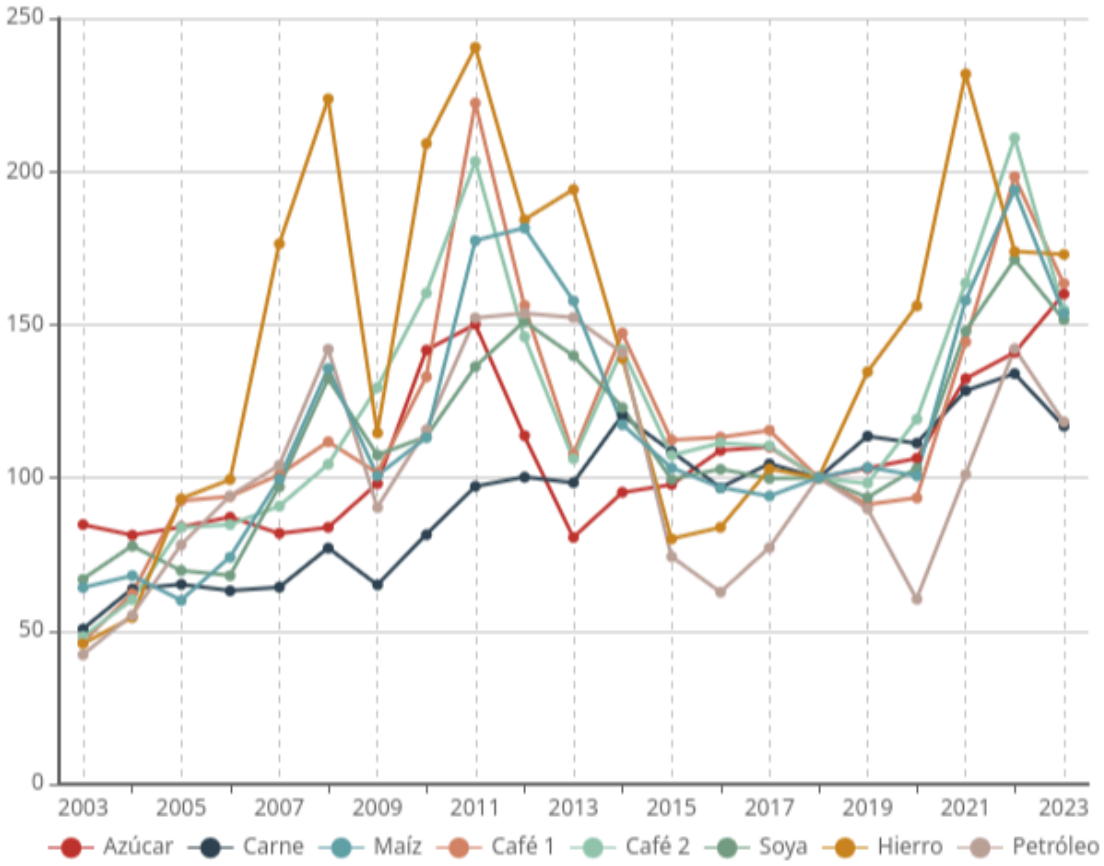
O golpe também resulta na perda de força do Poder Executivo em comparação com o Legislativo, numa espécie de "semipresidencialismo". Houve fortalecimento do poder do congresso, que passou a controlar uma parcela cada vez maior do orçamento público. Isso retira a racionalidade e a articulação das políticas públicas, concedendo uma fatia cada vez maior de recursos públicos para medidas clientelistas e não sujeitas a escrutínio.

Também ocorreu mudança na política de preços da Petrobras e privatização da distribuição de combustíveis[20], já no governo Bolsonaro. O aumento dos preços de gás e combustíveis, causa impacto na inflação, especialmente com efeitos regressivos.

Além do desastre humanitário da pandemia, a fome voltou a ser um flagelo. O Brasil voltou ao mapa da fome. Houve um novo *boom* de *commodities,* durante o governo Bolsonaro, no entanto, este gerou inflação e fome, e não redistribuição. O gráfico 5 apresenta os índices de preços de algumas das principais *commodities* exportadas pelo Brasil.

[18] Os retrocessos na área ambiental foram tantos, que merecem ser aprofundados em estudos futuros.
[19] Oliveira, Pochmann e Rossi (2022) analisam alguns dos impactos sobre a desigualdade da mudança política sobre a educação no Brasil.
[20] Com isso, temos o cenário recente de redução do preço da gasolina nas refinarias, mas de aumento de preço nos postos.

Gráfico 5: Índice de preços anuais dos principais produtos exportados



Nota: Base 2018=100
Fonte: CEPAL (2026)

Campedelli e Lacerda (2019, p. 137) alertam que o controle da inflação se deu às custas dos trabalhadores: "A variação de preços de bens muito consumidos pela classe trabalhadora teve comportamento distinto da variação inflacionária geral". Alimentos, gás de cozinha, gasolina, transporte público, tiveram aumento acima do índice. Algo que puxou o índice para baixo foi a queda dos preços de produtos não comercializáveis, basicamente serviços, que são a renda de parte da população mais pobre.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao invés de focar nas questões conjunturais, este artigo tratou de analisar o processo de *impeachment* sob uma perspectiva estrutural das contradições entre capital e trabalho, explicitadas e exacerbadas neste período recente. O golpe levou à adoção de políticas econômicas contrárias às anteriormente adotadas, evidenciando que as questões de economia política foram preponderantes.

O Brasil é um país extremamente desigual. Medidas redistributivas e políticas com possibilidade de gerar mobilidade social geraram descontentamento na elite. Ainda que

insuficientes frente ao tamanho da desigualdade, os aumentos salariais, condições de trabalho mais dignas e acesso à educação, fizeram com que setores ligados ao capital agissem para gerar uma ruptura institucional para conter estes avanços.

Os argumentos utilizados a respeito de risco fiscal e defendendo a agenda da austeridade foram feitos para direcionar a ação estatal para o capital. A partir de uma crise, foram implantadas várias reformas estruturais, todas elas favorecendo o capital e prejudicando os trabalhadores.

Esta ruptura institucional teve início com as manifestações de 2013 e com a operação lava jato, ganhando força a partir da não aceitação da derrota por Aécio Neves. Consolidado o golpe, houve a adoção de sua agenda por Temer, pavimentando o caminho para o bolsonarismo e suas consequências de desmonte da proteção social, morte e destruição e ambiental. Os representantes do capital passaram a governar sem intermediários e sem a necessidade de negociar com a sociedade.

O impacto do preço das *commodities* no governo Bolsonaro, gerando inflação, fome e desigualdade, enfraquece os argumentos daqueles que atribuíam o sucesso dos primeiros governos de Lula à situação externa.

A análise das intenções dos envolvidos deixa clara a intencionalidade de favorecer o capital. Era nítido o descontentamento com a política de valorização do salário mínimo, bem como dos ganhos salariais de ampla maioria das categorias. Não foi necessário descobrir os interesses velados dos envolvidos, uma vez que os próprios atores deixaram explícitas as motivações para o golpe.

O aumento do desemprego foi intencional e contribuiu para que os trabalhadores não conseguissem aumentos salariais ou reposição da inflação. Com isso, foram implementadas reformas estruturais, com novas relações de trabalho muito mais precarizadas.

As medidas adotadas após a consumação do golpe também evidenciam a intencionalidade de favorecimento ao capital em detrimento do trabalho. A ruptura foi aproveitada para promover mudanças estruturais, alterando, inclusive, a Constituição, sacrificando a classe trabalhadora.

Embora evidente o favorecimento ao capital, a sistematização das intenções e desdobramentos é a principal contribuição deste artigo para a interpretação da economia brasileira recente.

A interpretação do que aconteceu no período não pode ser feita sem considerar o que Kalecki (2020[1943]) descreveu. Embora a elite tivesse ganho dinheiro durante o período dos governos Lula e Dilma, o fato de verem a ascensão dos pobres e a possibilidade de pleno emprego, fez com que se opusessem às políticas que mantinham baixas taxas de desemprego, para que, enquanto classe, mantivessem poder frente à classe trabalhadora.

Os especialistas ligados ao setor financeiro, sobre os quais Kalecki (2020[1943]) havia alertado, no caso brasileiro, passaram a formular a política econômica a partir do golpe. Não causa nenhuma surpresa que os trabalhadores tenham sido prejudicados no período.

REFERÊNCIAS

ANDERSON, Perry. O Brasil de Lula. **Novos Estudos**, 91, 2011.

ANDERSON, Perry. **Brasil à parte**: 1964-2019. São Paulo: Boitempo, 2020.

ANTONI, Daniel Consul de. Greve de investimento? Uma contribuição Kaleckiana para a Macroeconomia Brasileira no Período 2011-2018. **História e Economia**, v. 27, p. 98-112, 2023.

ARAÚJO, Eliane; ARAÚJO, Elisangela; VINHAES, Flávia. Crescimento, emprego e mudança estrutural: teorias e evidências para a economia brasileira (2012-2017). in: **Dossiê V da AKB**: O Brasil pós-recessão: das origens da crise às perspectivas e desafios futuros. AKB, 2018.

BANCO CENTRAL. **Histórico: meta de inflação vs. inflação efetiva.** 2026. Disponível em: https://www.bcb.gov.br/controleinflacao/historicometas

BARBOSA-FILHO, Nelson. Revisionismo histórico e ideologia: as diferentes fases da política econômica dos governos do PT. **Brazilian Keynesian Review**, 4 (1), p. 102-115, 2018.

BBC. Impacto da Lava Jato deve piorar o PIB deste ano em 2,5 pontos, calculam consultorias. **BBC News**. 02/12/2015.

BLACK, Clarissa. Preços de commodities, termos de troca e crescimento econômico brasileiro nos anos 2000. **Indic. Econ. FEE**. Porto Alegre, v. 42, n. 3, p. 27-44, 2015.

BLYTH, Mark. **Austeridade**: a história de uma ideia perigosa. São Paulo: Autonomia Literária, 2017.

BRASIL. **Lei Complementar nº 150**, de 1º de junho de 2015. 2015. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp150.htm

BRASIL. **Lei nº 13.467**, de 13 de julho de 2017. 2017. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13467.htm

BRASIL. **Emenda Constitucional nº 103**, de 12 de novembro de 2019. 2019. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc103.htm

BRUNO, Miguel. Os governos Dilma Rousseff: da "Nova Matriz Macroeconômica" ao Golpe de 2016. in: ARAUJO, Victor Leonardo de; MATTOS, Fernando Augusto Mansor de. **A economia brasileira de Getúlio a Dilma** – novas interpretações. São Paulo: Hucitec, 2021.

CAMPEDELLI, André Luis; LACERDA, Antonio Corrêa de. O combate à inflação como fator de concentração de renda. in: LACERDA, Antônio Corrêa de (Org.).. **O mito da austeridade**. São Paulo: Contracorrente, 2019.

CARVALHO, Laura. **Valsa Brasileira**: do boom ao caos econômico. São Paulo: Todavia, 2018.

CASTELLI, Jonattan Rodriguez; AZEVEDO, Laís Fernanda de. Desautorizando a mitologia da austeridade fiscal. **Revista de Economia**, v. 44, n. 84, p. 886-914, 2023.

CAVALCANTI, Bernardo Margulies; VENERIO, Carlos Magno Spricigo. Uma ponte para o futuro?: reflexões sobre a plataforma política do governo Temer. **Revista de Informação Legislativa**: RIL, v. 54, n. 215, p. 139-162, jul./set. 2017. Disponível em: <http://www12.senado.leg.br/ril/edicoes/54/215/ril_v54_n215_p139>

CEPAL. **CEPALSTAT**. 2026 Disponível em: https://statistics.cepal.org/portal/cepalstat/dashboard.html?theme=2&lang=es

DIEESE. **Balanço das negociações dos reajustes salariais de 2017**. São Paulo: DIEESE, 2018.

DIEESE. **Implicações econômicas intersetoriais da operação lava-jato**. São Paulo: DIEESE, 2021.

DOWBOR, Ladislau. **Resgatar a função social da economia**: uma questão de dignidade humana. São Paulo: Elefante, 2022.

FEIL, Fernanda; FEIJÓ, Carmem. O financiamento da transição verde sustentável. **Boletim FINDE**, v.3. n. 3, set./dez. 2022.

GOLDFAJN, Ilan. Combater a inflação, mexer no emprego. **O Estado de São Paulo**. 05 de março de 2013, p. A2.

IPEADATA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Disponível em: http://www.ipeadata.gov.br/

KALECKI, Michal. **Aspectos políticos do pleno emprego**. 2020[1943]. Disponível em: https://jacobin.com.br/2020/09/aspectos-politicos-do-pleno-emprego/

KEYNES, John Maynard. **A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda**. São Paulo: Nova Cultural, 1985 [1936].

LACERDA, Antônio Corrêa de (Org.).. **O mito da austeridade**. São Paulo: Contracorrente, 2019.

MARQUETTI, Adalmir; HOFF, Cecília; MIEBACH, Alessandro. Lucratividade e distribuição: a origem econômica da crise brasileira. 2016.

MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política: livro I. 27. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010[1867].

MATTEI, Lauro. Os efeitos da crise econômica de 2015-2017 sobre o mercado de trabalho brasileiro. in: **Dossiê V da AKB**: O Brasil pós-recessão: das origens da crise às perspectivas e desafios futuros. AKB, 2018.

MELLO, Guilherme Santos. Diagnósticos dos governos Dilma Rousseff: do "industrialismo" à virada neoliberal. In: XXI Encontro Nacional de Economia Política da Sociedade Brasileira de Economia Política (SEP), 2016, São Bernardo do Campo. Anais do XXI Encontro Nacional de Economia Política, 2016.

MILANOVIC, Branko. **The haves and the have-nots**: a brief and idiosyncratic history of global inequality. New York: Basic Books, 2011.

MINSKY, Hyman. **John Maynard Keynes**. New York: McGrawHill, 2008 [1975].

MOREIRA, Cássio. A estratégia de desconstrução do governo trabalhista de Dilma. **Brasil debate**. 2015. Disponível em: http://brasildebate.com.br/a-estrategia-de-desconstrucao-do-governo-trabalhista-de-dilma/ Acesso em 6 de março de 2019.

OLIVEIRA, Ana Luíza Matos de; POCHMANN, Marcio; ROSSI, Pedro. Inclusão Interrompida? Educação Superior no Brasil no início do século 21. **Economia e Sociedade**, v. 31, n. 2 (75), p.417-437, mai.-ago. 2022.

ORAIR, R.; GOBETTI, S. W.; SIQUEIRA, F. F.. **Política fiscal e ciclo econômico**: uma análise baseada em multiplicadores do gasto público. IN: Secretaria do Tesouro Nacional. (Org.). Finanças Públicas: XXI Prêmio Tesouro Nacional, 2016: coletânea de monografias. Brasília: Secretaria do Tesouro Nacional, 2016.

OXFAM. **País estagnado**: um retrato das desigualdades brasileiras. São Paulo: Oxfam, 2018.

PARTIDO DO MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO [PMDB]. **Uma ponte para o futuro**. Brasília: Fundação Ulysses Guimarães, 2015.

ROSSI, P.; DWECK, E. 2016. "Impactos do Novo Regime Fiscal na saúde e educação". **Cad. Saúde Pública,** 2016; 32(12)

RICARDO, David. **Princípios de economia política e tributação**. São Paulo: Nova Cultural, 1996 [1817].

SICSÚ, João. Governos Lula: a era do consumo? **Revista de Economia Política**, v. 39, n. 1, jan./mar. 2019.

SOUZA, Jessé. **A elite do atraso**: da escravidão à lava-jato. Rio de Janeiro: Leya, 2017.

SOUZA, Pedro. **Uma história de desigualdade**: a concentração de renda entre os ricos no Brasil, 1926-2013. São Paulo: Hucitec; ANPOCS, 2018.

STIGLITZ, Joseph. **The Price of Inequality**: how today's divided society endangers our future. New York: W. W. Norton, 2012.

TEMER, Michel. Impeachment ocorreu porque Dilma recusou ‘Ponte para o Futuro’ , no canal da Carta Capital, publicado em 23 de setembro de 2016. Acesso em 16 de julho de 2024. Youtube https://www.youtube.com/watch?v=wPphw_VUquM

TEMER, Michel. 2019 Roda Viva | Michel Temer | 16/09/2019 Acesso em 16 de julho de 2024. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=OGDCN8ikj8U